

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Divulgação PF



A Operação Overclean já está na sua oitava fase

Quem pariu a emenda, que a embale

Na próxima quarta-feira (5), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) fará reunião na qual espera concluir o texto de um projeto de iniciativa popular que visa dar um freio importante na farra das emendas orçamentárias que é hoje alvo de investigação da Polícia Federal com a Operação Overclean e de ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que tem

como relator o ministro Flávio Dino. A proposta do MCCE é singela no propósito. Pode ser resumida com aquele famoso ditado de origem bíblica: "Quem pariu Mateus, que o embale". A proposta, assim, é vir a responsabilizar pessoalmente ou deputado ou senador que propôs a emenda orçamentária caso haja desvio do dinheiro. Seu CPF ficará vinculado à emenda.

Popular

A intenção do MCCE é iniciar, a partir da conclusão do texto, um processo semelhante ao que foi feito para a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Um projeto de iniciativa popular precisa ter o apoio de, no mínimo, 1% do eleitorado, distribuído em pelo menos cinco estados do país.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Dino é o relator das ações sobre emendas

Um escândalo que se naturalizou

O advogado e cientista político Melillo Dinis, integrante do MCCE, acredita que o projeto, caso chegue ao Congresso com a forma do apoio da sociedade por meio de iniciativa popular, poderá ter o êxito que teve a Lei da Ficha Limpa. Antes da sua aprovação, duvida-se que o Congresso viesse a aprovar algo contra ele

mesmo (e as mudanças na lei mostram o tamanho dessa resistência). Mas, quando a pressão é grande, o Parlamento acaba sucumbindo à opinião pública. O que se verifica agora, e espanta, é como a coisa se naturalizou. O parlamentar domina a verba e não dá satisfação e isso não mais escandaliza.

“Uma cidade”

“Não pode ser normal que um deputado ou senador tenha poder de destinação de dinheiro público maior que o orçamento da maioria das cidades”, comenta Melillo. E é isso mesmo. Cada deputado federal dispõe hoje de mais de R\$ 37 milhões para emendas.

“Calói”

Então, surgem conversas nas investigações nas quais políticos dizem coisas como “Cadê minha Calói?”, supostamente referindo-se à propina pela verba que destinaram. A frase remete a uma antiga propaganda, na qual um menino pede uma bicicleta de presente.

Pix

Isso sem contar com as demais modalidades que, na verdade, hoje são ainda mais graves pela falta de rastreamento e transparência. Apesar de todos os esforços do STF com Flávio Dino, as tais “emendas Pix” e o que compõe o tal “orçamento secreto” seguem não rastreáveis.

Dezena

Há informações de que as várias fases da Operação Overclean já teriam chegado a mais de uma dezena de parlamentares envolvidos com desvio de recursos orçamentários. Um escândalo anunciado. É o dinheiro da sociedade brasileira escoando pelo ralo.

Senado deve votar isenção do IR nesta semana

Agenda tem também instalação da CPI do crime organizado

Andressa Anholete/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deve votar, nesta terça-feira (4), o projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025). O relator da medida, senador Renan Calheiros (MDB-AL), que também é presidente da CAE, comunicou que apresentará o parecer do projeto de lei na terça para ser votado pela comissão. Uma vez aprovado na CAE, o texto seguirá direto para o plenário do Senado, sem precisar ser apreciado por outras comissões da Casa. Se passar por alterações, retornará para a Câmara dos Deputados.

Além de ampliar a isenção total dos contribuintes do IR que ganham até R\$ 5 mil, o PL 1087/2025 ainda amplia a isenção parcial do pagamento do tributo para aqueles que ganham entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Para compensar a falta de arrecadação com as novas mudanças, o projeto determina uma tributação de até 10% para contribuintes que arrecadem até R\$ 600 mil por ano (o equivalente a R\$ 50 mil por mês). Contudo, o parecer do relator da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), deixou algumas exceções fora da tributação de compensação. Dentre elas, estão: Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs), Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fipro), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

Apesar de ter manifestado



Renan deve apresentar seu relatório sobre o IR nesta terça

anteriormente que quer evitar que o texto retorne para a Câmara dos

Deputados, a expectativa é que o parecer de Renan Calheiros reveja algumas das exceções impostas por Arthur Lira.

CPIs

Nesta semana, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) segue com as oitivas. Nesta segunda-feira (3), à partir de 16h, a comissão ouvirá o presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, além de votar outros requerimentos da comissão.

A CBPA é uma das entidades apontadas como envolvidas no esquema de desvio de recursos, de acordo com apurações da Operação Sem Desconto da Polícia Federal (PF). A CPMI ainda aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Abraão Lincoln.

Além disso, nesta terça-feira será instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que discutirá o combate ao crime organizado no país. A informação foi confirmada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na última semana em meio às repercussões da megaoperação das forças de segurança do Rio de Janeiro contra a facção criminosa Comando Vermelho (CV).

Ainda sobre segurança pú-

blica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou na sexta-feira (31) o projeto de lei Antifacção, elaborado pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, e encaminhou o projeto para ser analisado em regime de urgência no Congresso Nacional.

Licença-paternidade

Nesta semana também há a expectativa de a Câmara dos Deputados votar o Projeto de Lei (PL) 3935/2008, que regulamenta a licença-paternidade no Brasil, ampliando o limite de cinco dias para até 30 dias. O relator da medida, deputado Pedro Campos (PSB-PE), apresentou o relatório da medida na última reunião de líderes da Casa, na última quinta-feira (30).

PF aperta cerco contra esquema das emendas

Por Sabrina Fonseca

A Operação Overclean entrou, na sexta-feira (31) em sua oitava fase, com a Polícia Federal (PF) dando cumprimento a mandados de busca e apreensão e sequestrando valores em diversas unidades da Federação. A ação, que conta com o apoio da Controladoria Geral da União (CGU) e da Receita Federal, foi autorizada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e mira uma organização criminosa suspeita de fraudar licitações, desviar recursos públicos, cometer corrupção e lavar dinheiro.

Aconteceram nesta etapa cumprimentos de cinco mandados de busca e apreensão, com atuação em Brasília, São Paulo, Palmas (TO) e Gurupi (TO). A PF também providenciou o sequestro de valores considerados fruto de atividade ilícita. De acordo com a corporação, os investigados poderão responder pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, fraude em licitações e contratos administrativos, além de lavagem de dinheiro.

De acordo com as investigações, o esquema investigado teve início em dezembro de 2024. Na ocasião, a PF apurou que recursos oriundos de emendas parlamentares e de convênios foram direcionados para empresas e pessoas vinculadas a prefeituras e órgãos públicos, em especial no estado da Bahia. Movimentações de pelo menos R\$ 1,4 bilhão che-



Overclean apura desvio de verbas públicas

garam a ser apontadas como sendo objeto da fraude.

Em fases anteriores, alvos incluíram prefeitos, ex-servidores e empresários que teriam atuado com empresas de fachada para direcionar contratações e simular concorrência.

Nova etapa

Entre os nomes mirados nesta nova etapa da Overclean encontram-se Luiz Cláudio Freire de Souza França, advogado e secretário-geral do partido Podemos, assim como ex-gestores públicos no Tocantins, como Éder Martins Fernandes (ex-secretário executivo de Educação) e Claudinei Aparecido Quaresmin (ex-secretário extraordinário de Parcerias e Investimentos).

A investigação indica que contratos de dedetização firmados pela Secretaria de Educação do Tocantins, com indícios de superfaturamento e pagamento de propina, foram parte da estrutura do esquema.

Modus operandi

O “modus operandi”, conforme a apuração, envolvia o direcionamento de licitações via empresas controladas pelos investigados, pagamentos de propinas e uso de emendas parlamentares como instrumento de financiamento dos contratos fraudulentos.

Em breve, a PF fez constar que o núcleo funcionava como uma organização criminosa estruturada, com ramificações em diversos estados.

Segundo especialistas, o desdobramento revela um agravamento no grau de sofisticação dos esquemas de desvio de recursos públicos: não se trata mais apenas de fraudes pontuais, mas de redes que atuam com financiamento político, empresas fachada, uso de legislações para emendas e contratos, e mobilização de agentes públicos em diferentes níveis. A atuação da PF em múltiplos estados reflete a amplitude dessa investigação.

A investigação prossegue em sigilo, mas, o que se sabe até agora é que os alvos desta fase não foram presos (ao menos publicamente até o momento da divulgação), embora valores já estejam sequestrados e a estrutura já esteja sob forte pressão investigativa. A PF informou que vai requisitar à Justiça as medidas cabíveis para as etapas seguintes, incluindo bloqueios de bens, colaborações premiadas e eventual indiciamento dos envolvidos.

Este novo capítulo da Overclean traz à tona, mais uma vez, o desafio de tornar mais transparente a execução de emendas parlamentares e contratos públicos, sobretudo no que se refere aos critérios de fiscalização, à rastreabilidade das verbas e ao papel dos entes de controle no Brasil. A repercussão política também é relevante, pois envolve dirigentes partidários, agentes públicos de alto escalão e tem potencial de impactar diferentes esferas do poder do Legislativo ao Executivo municipal e estadual.